



Utilizadores não conhecem os níveis de radiação dos seus telemóveis

Os efeitos das radiações emitidas pelos telemóveis na saúde humana continuam a dividir os especialistas e alguns acreditam mesmo que nunca haverá consenso sobre esta matéria.

“Consenso científico é pedir que haja 100 por cento de certeza e atrevo-me a dizer que isso é impossível, bastando ver os exemplos do aquecimento global, em que há muitas vozes discordantes, ou mesmo das teorias de Darwin, que após 200 anos ainda têm críticos”, refere Daniel Sebastião, investigador do Instituto das Telecomunicações (IT).

A falta de consenso deve-se, entre outros motivos, à dificuldade em “replicar o estudo”, visto que “em ciência, para que um estudo seja considerado válido, tem de ser repetido nas mesmas condições e chegar aos mesmos resultados”, uma tarefa que se tem revelado “difícil”, por existirem diversas condicionantes, afirma Daniel Sebastião.

“É difícil distinguir pessoas expostas e não

expostas, porque hoje em dia há contacto com radiações em todo o lado, seja em telemóveis, rádio ou televisão”, exemplificou.

Jorge Costa, do departamento de Ciências e Tecnologias da Informação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), refere por seu lado que existem dois tipos de estudos científicos - em animais e epidemiológicos -, mas em ambos existem problemas. A maioria dos utilizadores de telemóvel desconhece os níveis de radiação do seu aparelho, preocupando-se mais com questões estéticas ou tecnológicas quando tem de escolher um modelo, alertou o especialista Santos Rosa.

O professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (UC) adverte que o utilizador comum ainda não se consciencializou com a problemática das radiações electromagnéticas e dos seus efeitos na saúde humana.

“As pessoas compram os telemóveis por serem

bonitos, por terem ou não 3G, porque tem um câmara melhor, tem ou não mp3 e nunca vêem o SAR”, Specific Absorption Rate, em português Taxa de Absorção Específica, a quantidade de energia que o corpo absorve quando se está ao telemóvel).

“No outro dia tinha 200 alunos à minha frente e acho que só três viam o SAR”, referiu à Lusa.

Na Europa, o limite de SAR estipulado é de 2,0 watts por quilograma, calculados sobre dez gramas de tecido corporal, o mesmo que em Portugal.

Santos Rosa diz que este é o “chamado limite prudente perante as condições práticas que existem”, nomeadamente a falta de consenso na comunidade científica sobre os efeitos das radiações electromagnéticas na saúde humana, “mas não é seguramente o limite que biologicamente devêssemos querer”.

O valor de SAR varia consoante o modelo de telemóvel, se o utilizador está numa zona de boa ou má cobertura e, inclusive, um mesmo modelo

pode ter níveis diferentes de radiação.

“Basta haver uma ligeira alteração no material em que é feito o telemóvel, como a capa, para alterar o valor de energia que a cabeça vai absorver”, refere Daniel Sebastião, investigador do Instituto das Telecomunicações (IT).

Para Santos Rosa, a radiação electromagnética “pode até ser inócua”, mas trata-se de algo “que não é natural”, pelo que recomenda “bastante cuidado, tendo em conta que um ambiente artificial pode ter consequências que se desconhecem”.

O seu alerta é mais veemente quando estão em causa crianças, aconselhando a moderação no uso do telemóvel “porque a parte cerebral e as defesas imunitárias ainda estão a desenvolver-se”.

Segundo Daniel Sebastião o limite de SAR foi estipulado para não se chegar ao “efeito térmico”, em que as radiações, “ao atingirem os tecidos, provocam um aumento de temperatura”.